

ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E LOUIS-JOSEPH LEBRET

Dinalva Derenzo Roldan

Resumo

O dominicano francês Louis-Joseph Lebre, idealizador do Movimento *Économie et Humanisme* na França, teve presença significativa no Brasil, sobretudo nos anos 50, quando através da SAGMACS empreendeu uma série de pesquisas sobre a condição de vida da população e planos urbanos e regionais. Desde sua primeira viagem ao país, em 1947, construiu uma rede de amigos, intelectuais, religiosos, técnicos e colaboradores que receberam e transformaram os ideais de *Économie et Humanisme* diante os impasses e perspectivas que o novo território e sociedade impunham. Dentre os diálogos estabelecidos com intelectuais brasileiros destaca-se a relação com Josué de Castro cujos artigos aparecem na *Revue Économie et Humanisme* e cuja obra é citada por Lebre e a partir do contato com o Brasil. Ao acompanhar as publicações da revista, principal meio de difusão do movimento EH, nota-se a aproximação da pauta política posta pelos dois intelectuais e a construção de um plano de ação comum: o Desenvolvimento nos países do “Terceiro Mundo”. Este artigo tem como objetivo analisar a construção da noção de “Desenvolvimento Harmonizado” de Lebre em diálogo com o trabalho de Josué de Castro, avaliando como o reconhecimento do “subdesenvolvimento” através da problemática da “fome” e da “exploração colonial”, reveladas pela análise de Castro, evidenciou a plataforma de reestruturação agrária e urbana a ser empreendida pelos planos de desenvolvimento nos novos territórios de atuação de Lebre.

Palavras-chave: Lebre, L-J; Castro, Josué, Desenvolvimento.

Introdução

O dominicano francês Louis-Joseph Lebre (1897-1966), idealizador do Movimento *Économie et Humanisme* na França, teve presença significativa no Brasil, sobretudo nos anos 50, quando através da SAGMACS empreendeu uma série de pesquisas sobre a condição de vida da população e planos urbanos e regionais. Desde sua primeira viagem ao país, em 1947, construiu uma rede de amigos, intelectuais, religiosos, técnicos e colaboradores que receberam e transformaram os ideais de *Économie et Humanisme* diante os impasses e perspectivas que o novo território e sociedade impunham. Dentre os diálogos estabelecidos com intelectuais brasileiros destaca-se a relação com Josué de Castro cujos artigos aparecem na *Revue Économie et Humanisme* e cuja obra é citada por Lebre e a partir do contato com o Brasil.

Ao acompanhar as publicações da revista, principal meio de difusão do movimento EH, nota-se a aproximação da pauta política posta pelos dois intelectuais e a construção de um plano de ação comum: o Desenvolvimento nos países do “Terceiro

Mundo". Este artigo tem como objetivo analisar a construção da noção de "Desenvolvimento Harmonizado" de Lebret em diálogo com o trabalho de Josué de Castro, avaliando como o reconhecimento do "subdesenvolvimento" através da problemática da "fome" e da "exploração colonial", reveladas pela análise de Castro, evidenciou a plataforma de reestruturação agrária e urbana a ser empreendida pelos planos de desenvolvimento nos novos territórios de atuação de Lebret.

Diálogos

Certamente, Josué de Castro (1908-1973) não foi o único intelectual brasileiro com quem Lebret manteve contato a partir de sua estadia no Brasil, nem caberia dizer que foi o mais importante dentre eles. Entretanto, seguramente, foi aquele cujas ideias deste o primeiro momento repercutiram em seu pensamento - como pode ser observado em "*Lettre aux Américains*" (Lebret, 1947) - e cuja obra passou a ser desde cedo difundida por *Économie et Humanisme*, que publicaria artigos de sua própria autoria em sua revista e seria responsável pela primeira versão francesa de seu livro *Geografia da Fome* (Castro, 1949), publicada pela editora *Économie et Humanisme* em 1949, apenas três anos depois de seu lançamento no Brasil.

Mais recentemente, em 1999, Antônio Cândido¹ ao ser convidado para o seminário "Alimentação - Direito Fundamental do Cidadão" promovido pelo SESC - Serviço Social do Comércio - em São Paulo, escreveu um artigo que foi publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* (Candido, 1999, p.6). Nele, Cândido refere-se a Josué de Castro como o intelectual brasileiro que a partir da grande repercussão de seus trabalhos fez do tema da fome um assunto obrigatório nos estudos de sociologia, geografia humana, economia e política em todo o mundo. Mas refere-se igualmente a Lebret, como um sociólogo e reformador francês, que ao trabalhar no Brasil liderando o movimento EH dedicava-se a pesquisas também sobre condições alimentares, sugerindo inclusive, a influência das ideias de Josué de Castro sobre Lebret.

Questões de influência à parte, o que se pode observar é um diálogo entre estes intelectuais que inicialmente aparece ao redor do tema da fome, mas que se revelaria muito mais amplo na análise dos problemas sociais como ponto de partida na construção de um plano de ação. Planos estes que manifestariam posições políticas próximas na leitura de um

¹ Reconhecido como crítico literário, Antônio Cândido apresentou o trabalho "Parceiros do Rio Bonito" como tese de doutoramento em Ciências Sociais. Nele retrata, entre outros aspectos, o hábito alimentar do caipira no interior do Estado a partir de pesquisa empírica realizada ao longo dos anos entre 1947 e 1954, dentro da prática de pesquisa em sociologia que vinha se delineando nas instituições acadêmicas em São Paulo.

mundo desigual em que se faria necessário uma concepção humana, solidária e cooperativa diante dos desastres da guerra e dos antagonismos ideológicos.

Nos anos 1940 Josué de Castro era um dos intelectuais brasileiros de maior reconhecimento internacional. Nascido no Recife em 1908², realizou seus estudos em medicina, inicialmente na Bahia para em seguida transferir-se ao Rio de Janeiro, onde se formou em 1929. De volta ao Recife iniciou sua carreira de médico como nutricionista no trabalho de consultório. Atuando também como médico de uma fábrica onde atendia os operários, percebeu que aqueles pacientes não apresentavam as características de uma doença definida, mas em comum manifestavam traços de desnutrição. Foi neste período que realizou extensiva pesquisa sobre as características alimentares e a situação de moradia da população, publicada em 1935 sob o título “Condições de vida das classes operárias do Recife” (Castro, 1935). Neste momento iniciou também sua carreira como professor universitário, no princípio como professor de fisiologia e geografia humana na Faculdade de Filosofia de Recife³. Durante sua atuação como professor de antropologia, depois Geografia Humana em diversas instituições pode-se observar como o tratamento da nutrição passara de um enfoque fisiológico, em uma abordagem mais especializada, para constituir-se em uma questão de geografia humana, como um problema social de primeira grandeza, o que pode ser verificado no trabalho “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana” (Castro, 1937), publicado em 1937.

Mas foi em 1946 com o lançamento de *Geografia da Fome* que Josué apresentou o problema da fome dentro de um quadro mais amplo, em que o método perseguido utilizava as concepções de geografia humana através do qual se buscava examinar as relações entre o homem e seu meio. A agenda colocada em torno da questão da alimentação ampliava-se a uma perspectiva global, a ser verificado em um estudo mais amplo dos cinco continentes. Deste modo, o “grito de alarme” da fome ecoava como um problema universal. Foi neste período que as ideias de Josué ganhavam cada vez mais uma projeção internacional, momento no qual Le Bret passa mencionar seu trabalho e EH a difundir-lo. Em 1947, Josué de Castro participaria da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) como representante brasileiro, e em 1952 seria eleito presidente do órgão, sendo reconduzido ao cargo em 1956.

² Todas as informações biográficas foram extraídas, salvo citações específicas, de (Castro, A. M., 2003).

³ Esta última instituição foi fundada em 1931 tendo como organizadores Aníbal Bruno, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Aluísio Bezerra Coutinho, Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo e Luiz Barros Freire (Lira, 1996, pg.186).

Com a publicação de *Geopolítica da Fome* em 1951 a política internacional aparecia em primeiro plano nas questões relativas à alimentação no mundo. Nos termos do próprio autor, “ao retratarmos a fome no Brasil estamos evidenciando o seu subdesenvolvimento econômico porque fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa” (Castro, J. APUD Castro, A. M., 2003, pg.29). Foi neste sentido que presidindo a FAO, Josué de Castro dedicou-se a intensificar a ajuda aos países subdesenvolvidos através de planos de desenvolvimento e programas de cooperação técnica. Em 1957, ao sair da FAO contrariado pela insuficiência de ações da organização (Castro, A. M., 2003, pg.40), fundou em Paris a ASCOFAM - Associação Mundial de Luta contra a Fome -, cuja missão era realizar as campanhas sobre a fome, empreender pesquisas para o conhecimento sobre seus diversos aspectos, capacitar pessoal técnico para a construção de planos de desenvolvimento, assim como elaborar planos regionais de desenvolvimento econômico para melhorar as condições de vida e alimentação de grupos humanos. Josué de Castro foi o presidente da associação, que contou ainda com a colaboração de Oswaldo Aranha, Souza Barros e Le Bret entre outros.

Reconhecido, portanto, por colocar em pauta o problema da fome em termos globais, Josué de Castro evidenciava uma das faces da miséria elevando ao primeiro plano problemas de ordem social e econômica. Ao situar o quadro de análise em uma ampla geografia, evidenciava as desigualdades econômicas entre os países revelando, assim, a estreita relação entre miséria, fome e exploração econômica de povos considerados subdesenvolvidos. Mais ainda, ao indicar soluções ou ao menos caminhos para a ação, buscava o desenvolvimento dos povos tendo como referência a ação destes no território.

Josué de Castro na *Économie et Humanisme*

Desde 1946, o livro *Geografia da fome* vinha tendo grande repercussão nos meios políticos e intelectuais. Não sem motivo, Josué de Castro em 1947 foi escolhido como delegado do Brasil na “Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas”, convocada pela FAO, tornando-se no mesmo ano um membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da mesma instituição. Deste modo, pode-se observar que a recepção francesa de sua obra, e particularmente no interior do movimento Economia e Humanismo, é concomitante a seu reconhecimento no plano internacional, seja nos debates que emergem acerca do “Terceiro Mundo”, seja nas discussões de reconstrução do pós-guerra.

É neste impulso, que *Économie et Humanisme* publicou a tradução integral desta obra em língua francesa em 1949 (Castro, 1949). No ano anterior, antecipando o lançamento do livro, Josué escreve na revista um artigo que serviria de apresentação da obra. O autor

inicia o artigo *Terre des hommes - terre de la faim* (Castro, 1948) expondo o problema da fome como sendo algo generalizado e não restrito a certas imagens do senso comum, como ligadas apenas a áreas devastadas por guerras ou ainda a regiões superpovoadas do continente asiático. Tratava-se, antes, de uma calamidade pública universal, uma vez que atingia generalizadamente todo o globo, e mesmo regiões como a América vista como um continente de abundância, na qual milhões de imigrantes reconstruíram suas vidas, justamente fugindo da fome e da miséria, predominantemente, do continente europeu. As pesquisas sociais e estatísticas sobre o tema, ainda esparsas mostravam que as populações americanas de diversos países também estavam expostas às consequências da fome e da desnutrição.

Por outro lado, Josué relata a dificuldade em se encontrar estudos, bibliografias e pesquisas nesta área, não obstante a gravidade do problema, o que revelava os tabus que o cercavam. Em primeiro lugar, estaria um tabu de ordem moral, que dificultava a abordagem dos instintos humanos em uma sociedade cada vez mais pautada pela racionalidade e cientificidade, situação esta agravada pelos estudos de Freud que associava os instintos aos impulsos sexuais. Mas em segundo plano, estariam tabus de ordem econômica, que constrangiam os estudos sobre a fome, pois revelavam justamente uma situação de dominação imperialista de países colonizados, destinados à produção de matérias-primas para suprimento do parque industrial das economias centrais. É neste sentido, que Josué de Castro preconiza os estudos sobre o assunto, tratando-o de modo compreensivo, analisando seus aspectos biológicos, econômicos e sociais.

Para tal tarefa, que pretendia examinar a fome sob uma ótica diferenciada tendo uma visão mais ampla da situação, Josué buscava um método que permitisse tal visada, apoiado na geografia humana e nos estudos ecológicos. Segundo ele, a alimentação era um objeto privilegiado para os estudos de ecologia humana, uma vez que a relação entre os agrupamentos humanos e as regiões que estes ocupam seria essencial, pois dependem dos recursos naturais fornecidos pelo meio ambiente para a subsistência das populações locais, assim como os métodos escolhidos por estas populações para satisfazer suas necessidades alimentares fundamentais (Castro, 1948, pg.455). Contudo, ainda buscava uma contribuição própria: iluminar os fenômenos de natureza social com os fundamentos biológicos do caso da fome.

Josué procura, então, precisar a noção de fome com a qual ele trabalha. Tratava-se de um estudo sobre o que ele chamava de “fome coletiva”, um fenômeno que atingia grandes massas humanas de maneira endêmica ou epidêmica. O trabalho ainda ampliava a análise ao considerar não somente a fome total (ou global), que seria a mais visível, pois

levaria o homem ao estado de inanição, mas também aquilo que ele chamou de fome parcial (ou específica), considerada um aspecto oculto do problema, pois se referia a carências alimentares de determinados nutrientes o que não tornava o problema mais ameno, pelo contrário era a causa de doenças graves que abatiam as populações de modo silencioso. O núcleo central, portanto, do trabalho de Josué ampliava e muito a visibilidade do problema das fomes coletivas parciais e a amplitude geográfica que ela atingia.

Ao examinar a questão com tamanha extensão e intensidade entre diferentes agrupamentos humanos, Josué tinha em mente estimular as pesquisas para reconhecimento da situação alimentar dos povos assim como as fontes disponíveis para satisfazer suas necessidades alimentares. O autor coloca ainda seus estudos em uma perspectiva - crescente no pós-guerra - em que os problemas humanos deveriam sobrepor-se às questões estritamente financeiras. Crítico às disputas que levaram à Segunda Guerra, ele considerava igualmente mórbido o desejo de conquistar as forças naturais pela técnica. E ainda avaliava que o avanço científico deveria estar a serviço dos homens: “colocar a produção a serviço dos agrupamentos humanos ao invés de tornar o homem escravo da produção insaciável” (Ibidem, Pg.457), dizia ele. Posições estas que iam ao encontro das perspectivas de EH de renovação do humanismo diante os desastres da Segunda Guerra.

Josué e o reconhecimento do subdesenvolvimento

Em 1951, Josué de Castro publicaria o seu *Geopolítica da fome* (Castro, 1951), obra que também teria uma grande repercussão internacional, inclusive com a tradução para o francês, mais uma vez publicada por *Économie et Humanisme* (Castro, 1952) no ano seguinte. 1952 foi também o ano em que Josué assumiu a presidência do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), cargo que voltou a ocupar em 1956. A *Revue Économie et Humanisme* mais uma vez abriu espaço ao novo trabalho de Josué. No artigo *Géopolitique de la faim* (Castro, 1953), o próprio autor traça as linhas gerais do livro, retomando o reconhecimento do problema da fome, mas acentuando o aspecto político da exploração econômica entre países.

O texto inicia-se com a constatação de que dois terços da população do mundo vivia em um estado permanente de fome. Questionando o leitor sobre a fonte de tal calamidade afirmava ser ela um entrave criado pelo próprio homem e não um fenômeno natural ao qual todos estariam inexoravelmente expostos. Sob este ponto Josué havia escrito outro artigo na revista *Idées et forces* (Castro, 1949b), em 1949, argumentando contra as concepções de teóricos considerados neomalthusianos para quem - seguindo a teoria de

Thomas Robert Malthus - a questão da fome e da miséria seria irremediavelmente produzida por um desequilíbrio entre o crescimento populacional e o aumento da produção. Josué enxergava a questão sob outro prisma, uma vez que concebia o crescimento demográfico em função das atividades econômicas desenvolvidas e por fatores sociais nem sempre estimáveis.

Mas é na obra *Geopolítica da Fome* que a questão ganhava contornos muito mais políticos. Nela, o autor afirma que a fome coletiva seria um fenômeno de ordem social originado, em geral, pela má utilização dos recursos naturais disponíveis ou pela não repartição dos bens de consumo. Para ele, a luta contra a fome não se constituía em uma utopia, mas seria perfeitamente realizável diante dos bens disponíveis e das técnicas modernas. O que se fazia necessário e urgente era a distribuição das terras e dos meios, evidenciando um plano de combate à desigualdade social.

Josué vai mais longe ao fazer uma análise mais profunda das disparidades econômicas entre países que historicamente haviam sido colônias dentro do cenário internacional. Para o autor, os países que teriam sido colonizados foram submetidos a um tipo de exploração que impunha um nível de produção, segundo ele, infra-humano. Para estes grupos propunha um tipo de organização econômica própria, saindo do sistema exploratório, aumentando o nível de produtividade e buscando integrar estes grupos marginais em uma comunidade econômica mundial. É neste sentido que afirma:

“A economia dita “colonial”, graças a qual prosperaram as potências industrializadas, retirando das colônias as matérias-primas a baixo preço, representa um destes tipos de exploração econômica incompatível com o equilíbrio econômico do mundo. Os grandes ares de fome endêmica do mundo são exatamente os ares coloniais – quer se trate das colônias políticas, como os territórios africanos, ou das colônias econômicas, como a China e a maior parte da América Latina – destinadas à produção de matérias-primas para alimentar a indústria européia e norte-americana. Sem uma transformação radical da política colonial, que conduza os povos coloniais a produzirem suficientemente de acordo com as suas necessidades biológicas, não se pode esperar uma solução radical ao problema da fome universal.” (Ibidem, pg.30, livre tradução da autora)

Deste modo, o artigo evoca uma emancipação das antigas áreas coloniais e a constituição de um economia cooperativa mundial, em que predominasse a reciprocidade dos interesses econômicos (ibidem, pg.30). Assim sendo, Josué preconiza uma política do bem estar social, típica do pós-guerra europeu, que colocava em jogo o papel que as antigas áreas coloniais poderiam assumir no cenário internacional, de modo que em um primeiro momento saísse da dicotomia imediata entre um capitalismo liberal – que assumia cada vez

mais novas formas de imperialismo – e o bloco antagônico considerado como o socialismo real.

De todo modo, o que se pode observar é a presença das questões colocadas por Josué de Castro no principal meio de divulgação do ideário de *Économie e Humanisme*. O fato é que a partir da viagem de Lebret ao Brasil parecia abrir-se um espaço no centro do movimento para as questões brasileiras e, por extensão, para questões regionais, em uma amplitude tal capaz de remeter-se ao que pouco depois viria a se chamar de Terceiro Mundo. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o grupo de Lebret parecia se abrir à contribuição do intelectual brasileiro, também este parecia oferecer uma possibilidade de renovação ao movimento francês quando este se encaminhava a uma intervenção em outras partes do mundo. Nota-se, ainda, as afinidades do trabalho de Josué com as perspectivas de pesquisa que EH vinha realizando sobre as condições de vida, em que a alimentação sempre foi um dos itens de análise, mas nunca chegaria tão longe em suas conclusões. Josué foi reconhecido por tratar a fome como um fenômeno social e ao retratá-la evidenciando as desigualdades econômicas evidenciava o subdesenvolvimento econômico dos países submetidos ao sistema colonial. Ao mesmo tempo, também em uma direção similar ao do movimento, afastava-se das dicotomias ideológicas típicas do pós-guerra, entre os blocos econômicos e colocava a pobreza e a fome em termos de uma necessidade de cooperação internacional, em posição anti-imperialista.

Desenhando o Desenvolvimento Harmonizado

No plano internacional o problema da fome, assim como a pobreza, a falta de moradia adequada configuravam uma agenda para ação cuja estratégia vinha sendo delimitada por planos de desenvolvimento. Amplamente apoiados pelos novos métodos de produção da ciência moderna e do conhecimento tecnológico, os planos de desenvolvimento, em geral, visavam aumentar a produtividade como chave de prosperidade e paz entre as nações dentro de um novo discurso das relações internacionais após a Segunda Guerra.

Muitas foram as instituições e intelectuais que se debruçaram sobre a noção de desenvolvimento, em especial nos anos 50, ainda que com aspectos em comum algumas vezes com perspectivas diversas. É dentro deste contexto e clima intelectual que Lebret vai desenhando a noção que ele denominaria de Desenvolvimento Integral e Harmonizado. A construção deste conceito vai articulando o reconhecimento do problema da fome projetado por Josué de Castro, a utilização do método de pesquisa empírica de *Économie et Humanisme*

denominado “*besoins-ressources*”, passando pela problemática do território designado “*aménagement du territoire*”.

A trajetória de Lebret e dos rumos de EH, na interpretação de Denis Pelletier, passou por um momento de inflexão nos anos 50. Segundo o autor a crise pela qual passava EH, culminando na saída de Henri Desroche, seria seguida do engajamento de Lebret nos países do “Terceiro Mundo” (Pelletier, 1996, pg. 289). Neste processo a América Latina - e em especial o Brasil - tornou-se um terreno de experimentação fundamental para a nova fase do movimento e de seu idealizador. “O Brasil será a partir de 1952 o laboratório desta reconversão, logo estendido ao conjunto da América Latina, depois a outras partes do mundo” (Ibidem, pg.292). Neste processo, Lebret parecia se afastar do engajamento direto com os movimentos cristãos na França e se concentrava no aprimoramento dos métodos de enquete, agora com orientação para pesquisas de desenvolvimento e de “*aménagement du territoire*”, assim como para a formação de *experts* na própria realização das pesquisas, processo que culminou com a criação, em 1958, do IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* – em Paris, um instituição distinta do centro das discussões de EH em La Tourette, Lyon.

Ainda segundo a análise de Pelletier, nesta mudança vai sendo configurada a ideia que expressaria um equilíbrio entre a intervenção do Estado na economia nacional, limitado pelo sistema de seguridade social, e a iniciativa privada regulada por setores associativos (Ibidem, pg.292). Segundo a análise do autor delineava-se como referência para EH um modelo de Estado providência no interior do sistema liberal. No entanto, não se tratava de uma ruptura com as construções anteriores de EH, neste processo de mudança seriam preservadas a utopia comunitária e a economia humana como método de pesquisa (Ibidem, pg.296). Na interpretação do autor, ao conservar e dar um lugar privilegiado às pesquisas, uma lógica modernizadora e secular, defendida pela SAGMA, passava ao primeiro plano. Neste sentido, as pesquisas seriam postas a serviço de uma modernização respeitosa aos vínculos comunitários, e para o autor, ao respeitar igualmente uma ética cristã, forneceriam os fundamentos de um “terceiro mundismo católico” (Ibidem, pg.296).

Aménagement du territoire

Concomitantemente às viagens de Lebret ao Brasil (até 1954 foram realizadas 5 ao todo), *Économie et Humanisme* organiza no final do ano de 1952 uma seção de estudos sobre o “*aménagement du territoire*”. O número 79 da *Revue Économie et Humanisme*, do ano de 1953, seria todo dedicado ao tema. Nele encontra-se o artigo de Lebret intitulado

"*L'aménagement, problème économique, problème humain*" (Lebret, 1953), que abre o volume temático. Neste artigo Lebret define o sentido dado às palavras no processo de construção da noção de *aménagement du territoire*, são elas: "*mise en valeur*", desenvolvimento, "*aménagement*" e civilização. A "*mise en valeur*" refere-se aos recursos potenciais de um território e a sua melhor utilização. Este termo refere-se também à instalação dos equipamentos divididos em 4 tipos: de base (relaciona-se aos meios de transporte e energéticos), industriais, de extração e transformação, agrícolas (drenagem, irrigação, armazenamento) e de serviços (comércio, jurídico, administrativo, cultural e de lazer).

"Desenvolvimento" é definido, aqui, como um conceito dinâmico e relativo, que viria da comparação entre as situações dos países. Podendo eles serem classificados como: desenvolvidos - em que o conjunto de seus recursos estariam sendo bem utilizados -, em vias de desenvolvimento autônomo - em que os recursos próprios locais tem uma participação importante nos investimentos de infraestrutura -, e os subdesenvolvidos - em que não se pode investir nos equipamentos necessários senão pela ajuda dos países desenvolvidos. E a partir de uma política de solidariedade internacional veria no desenvolvimento um "progresso coerente e harmonizado, ao mesmo tempo técnico e humano" (Ibidem, pg.4).

O termo "*aménagement*" é definido da seguinte maneira:

"aménagement" é a técnica de "mise en valeur" e do desenvolvimento, dentro dos quadros de unidades territoriais naturais ou políticas mais ou menos vastas. Ele supõe uma intervenção voluntária para assegurar um "mise en valeur" racional e um desenvolvimento harmonioso em vista da melhor utilização dos recursos e da elevação humana das populações." (Ibidem, pg.4, livre tradução da autora)

Mas ainda faz uma ressalva. O *aménagement* seria distinto da planificação por não se restringir aos aspectos econômicos, mas antes procurar elevar igualmente os aspectos humanos e as condições de vida da população. Ainda seria necessário construir os planos de *aménagement* procurando salientar o termo "*território*" e uma preocupação concreta com as populações residentes nestes espaços. Por isso, utilizam o termo "*aménagement du territoire*", adotado inclusive pelo Ministro da Reconstrução Urbana, Claudius Petit, presente na seção de discussão sobre o tema em *La Tourette*.

Procurando um caráter universal na ética cristã, Lebret vislumbra através do *aménagement*, definido segundo seus critérios, um plano de ação que fosse independente da forma ideológica que o poder assumisse, procurando sair da dicotomia dos blocos econômicos da Guerra-Fria pautando uma ação no território, de utilização das fontes

naturais a partir da estruturação da superfície. Lebret veria, ainda, uma interdependência crescente entre os povos, seja pelo aumento das necessidades de produção alimentar, seja pela universalização das técnicas, o que o leva a formular a escala variável, mas universal, do *aménagement*, indo das micro às meso regiões. É neste sentido, que Lebret enxerga o *aménagement du territoire* como uma tarefa universal.

Passando pelas escalas de atuação, entre micro e macro tentativas, Lebret avalia o que ele considera dois perigos a serem evitados e na verdade aborda as formas de gestão do território e da sociedade. O autor considera tanto as tentativas em micro escala, consideradas “anárquicas”, quanto as intervenções muito determinadas em macro escala, consideradas “tecnocráticas”. Em ambos os casos o equilíbrio entre o econômico e o humano estaria comprometido. No primeiro caso, as ações isoladas gerariam um conjunto caótico; no segundo caso, a organização do espaço em um processo “descendente”, de cima para baixo, resultaria em um processo tecnocrático, que só poderia culminar em um autoritarismo.

“O aménagement supõe um duplo movimento: de baixo ao alto para que se exprima corretamente as necessidades e possibilidades tanto materiais quanto espirituais que se deve responder; e de alto a baixo para que uma coordenação realize a unidade. A tensão contínua entre base e cume é necessária se se quiser realmente realizar tal operação colossal.” (Ibidem, pg.6, livre tradução da autora)

Tratava-se de uma análise aparentemente “técnica” de um panorama geopolítico. Ao negar igualmente o capitalismo liberal, que deixado à livre iniciativa geraria um caos no conjunto da produção, e o socialismo real, cuja planificação era considerada tecnocrática e ditatorial, vislumbrava-se a terceira via, desde cedo apregoada por Lebret, em que o papel participativo das populações seria ativo em uma estrutura de poder descentralizada, mas de decisões coordenadas.

Deste modo, Lebret previa uma transformação profunda:

“Nenhum regime existente hoje poderá subsistir: um capitalismo humanizado deverá modificar tão profundamente os mecanismos que ele deixará de ser capitalismo; um comunismo consolidado deverá ser realmente descentralizado, realmente adaptado à diversidade, realmente resignado a deixar subsistir o espiritual, realmente adquirir sinceridade, que não parecerá nem de longe o marxismo leninista-stalinista que hoje podemos observar.” (ibidem, pg.6, livre tradução da autora)

Diante da polarização ideológica e a tensão de uma guerra iminente, para Lebret a esperança viria do “*aménagement humano do espaço*”, através do qual lentamente se chegaria à ascensão das massas e à lenta abertura dos intelectuais e técnicos à primazia do humano (Ibidem, pg.6). Nota-se, portanto, que além da renovação de um certo humanismo, a noção espacial ganhava destaque nas formulações de Lebret.

Deste modo, Lebret vai construindo uma concepção de desenvolvimento em que o território em suas variadas escalas e sua organização é fator preponderante, além do crescimento econômico através de índices de crescimento de produtividade ou mesmo alguns índices sociais de consumo alimentício ou de saúde. O espaço, o território da produção e do trabalho, as cidades, os deslocamentos diários, a habitação são critérios fundamentais para sua concepção de desenvolvimento. A ação necessariamente no território marca uma distinção importante da concepção de Lebret face às muitas teorias do desenvolvimento.

O Desenvolvimento Harmonizado e os territórios do Terceiro Mundo

O Brasil foi certamente um campo privilegiado da atuação de Lebret nos anos 50, mas não foi o único. Neste período Lebret fez também uma série de viagens aos países então considerados subdesenvolvidos e que constituiriam uma plataforma de ação para Lebret, sendo os países subdesenvolvidos os territórios prioritários para ação.

Em 1958, as discussões sobre desenvolvimento tomam forma na noção de Desenvolvimento Integral e Harmonizado, teorizado no artigo de Lebret, *Développement Harmonisé et Économie Humaine* (Lebret, 1958). Nele o autor afirma ser a fome e a miséria mais uma vez os principais problemas do mundo (Ibidem, pg.317), em direta alusão à obra de Josué de Castro – *Geopolítica da fome*. E, assim, coloca os termos do debate: “Será que o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos será marcado por uma selvagem e inumana vontade de poder, por uma anarquia ineficaz que não encontrará saída senão na supressão dos nascimentos [em referência às teorias neo-malthusianas] ou pelo desejo de ascensão dos homens concretos?” (Ibidem, pg. 317, livre tradução da autora). Ao longo do artigo Lebret vai argumentando sobre a capacidade técnica, econômica, sociológica e política da construção de um Desenvolvimento Harmonizado, pensado em função de todos os homens, como resposta à crise política daquela conjuntura.

Diante do problema da fome mundial, denunciada por Josué de Castro, e dos programas alimentares que vinham sendo esboçados, Lebret protesta em favor de uma ação mais eficaz e não meramente assistencial. Sua proposta inicia-se por uma “*mise en valeur*” dos recursos naturais de cada zona regional, tendo em vista o menor esforço humano para uma produção equilibrada com as necessidades da população. Neste ponto as *comunidades de base* tem um papel relevante.

“Sem o desenvolvimento das comunidades de base, o desenvolvimento esperado de injeção massiva de capitais para a criação de instalações portuárias ou de grandes

fábricas não se produzem, ou provoca graves desequilíbrios, tanto econômicos quanto sociais” (Ibidem, pg.318, livre tradução da autora).

O processo esperado iniciava-se, portanto, pelo desenvolvimento das comunidades de base assegurando a produção da agricultura e pecuária pela melhoria das condições sanitárias e pela organização do trabalho coletivo, em um esforço da “base pela base”.

Contudo, o desenvolvimento não seria assegurado somente pelas comunidades de base, a utilização dos recursos naturais e a produção exigiriam a instalação de infraestruturas de comunicação, transporte, energia, assim como a instalação de equipamentos escolares em todos os níveis de formação, incluindo o técnico. Na análise de Lebret, o investimento nas infraestruturas sem avaliar previamente a localização, o território, poderia causar desperdícios, devendo antes ser avaliada a complementaridade das atividades produtivas levando em consideração as vantagens e inconvenientes da concentração ou dispersão das atividades produtivas no território. A industrialização deveria ser incentivada em função das necessidades mais urgentes da população, em dissonância com a perspectiva de produção em função da exportação para alimentar o parque industrial estrangeiro – sistema próprio dos países coloniais. E ainda prevê o planejamento e a estruturação dos centros urbanos a fim de impedir a especulação que resultava em um sistema excludente através de uma legislação apropriada. Deste modo, avaliava que as infraestruturas urbanas ou rurais deveriam partir de uma ação coordenada, uma vez que lançada a sorte pelos interesses particulares poderia ser custosa às coletividades locais, regionais ou nacionais. Sugeria-se, assim, a intervenção estatal de planificação que dirigisse os investimentos.

Lebret iria, então, argumentar em favor da realização de estudos, planos e diagnósticos que orientassem o desenvolvimento em função das possibilidades demográficas, das condições físicas, dos níveis técnicos, evitando despesas mal empregadas pelo poder público. O autor evoca o tipo de análise realizada pelo “Centro de Estudos” de *Économie et Humanisme*, que buscava precisar a situação e as necessidades das populações, assim como as potencialidades e possibilidades do meio, do homem e das técnicas empregadas, assim como um sistema de arbitragem de forças que poderiam ser antagônicas dentro de cada sistema. As arbitragens indicariam como tratar as “tensões econômicas ou sociológicas” que seriam reveladas pela análise, configurando um “pré-plano de aménagement e de

desenvolvimento” (Ibidem, pg.321) que orientaria os investimentos por prioridade de urgência.

Nas palavras de Lebret: “Nós dispomos de um método que permitiria às autoridades públicas visar ao Desenvolvimento Integrado e Harmonizado” (Ibidem, pg.321). Integrado porque se referia a “todos” os aspectos e camadas sociais, e harmonizado porque previa uma amplitude de situações que poderia abordar. O modelo de desenvolvimento definido por Lebret pretendia, ainda, uma revisão dos modos de relação entre os povos em que estavam em jogo as formas de dominação colonial, no contexto de luta pela independência.

Neste artigo, Lebret define sua concepção de Desenvolvimento Integrado e Harmonizado, a abordagem das pesquisas, onde pode ser observada a preponderância do espaço na concretização desta concepção, e ainda a preconização do desenvolvimento local através do papel das comunidades de base dentro do contexto de disputas do processo de descolonização. Deste modo, a atuação nos territórios dos países subdesenvolvidos ganhava a dimensão da luta pelo Terceiro Mundo como um desvio da disputa ideológica - muitas vezes considerada como novas formas de imperialismo.

No mesmo ano da publicação do artigo, Lebret criava em Paris um novo instituto, o IRFED – *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* – que se propunha a formar os novos quadros de agentes de desenvolvimento, em especial, nos países subdesenvolvidos. A criação do IRFED por Lebret em 1958, assim como a criação do IRAM pelo abade Pierre em 1957, deu-se em uma ação conjunta com a fundação da ASCOFAM - Associação Mundial da Luta contra a Fome – em 1957, por Josué de Castro. Assim, o IRFED e o IRAM seriam dois organismos especializados com autonomia administrativa, mas filiados à ASCOFAM e trabalhando sob um plano comum.

Mais uma vez nota-se a presença de Josué de Castro e seu pensamento nesta fase da trajetória intelectual de Lebret. Ainda em 1958, como parte da comemoração de cinquenta anos de Josué foi lançado o livro intitulado *O drama universal da fome*, coordenado por Oswaldo Aranha – representante da ASCOFAM no Brasil - e Souza Barros - secretário geral da Associação. Nele Lebret reapresenta as linhas gerais do Desenvolvimento Harmonizado sob o título *A luta eficaz contra a fome supõe o desenvolvimento integral harmonizado* (Lebret, 1958b). Revelam-se mais uma vez os diálogos entre Lebret e o Brasil, através de seus intelectuais, técnicos, amigos e colaboradores, mas também através de sua experiência neste terreno social que levaria à formulação de um plano de ação dentro de perspectivas comuns, o que Pelletier chamou de combate pelo Terceiro Mundo. Portanto, a noção formulada por

Lebret de Desenvolvimento Harmonizado pressupõe o território para análise e ação, mas também trata-se de um desenvolvimento para os territórios do Terceiro Mundo.

Referências

- ASCOFAM. Projeto Memória. [em linha]. Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/JosuedeCastro/artigos/associacao.htm>, Consultado em Dez, 2011.
- CÂNDIDO, A. 1999. "Alguns tópicos para a reflexão" *Folha de São Paulo*, 29/11/99, Ilustrada, p. 6.
- CASTRO, A. M. 2003. "Josué de Castro: semeador de ideias" *Cadernos do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária*, Veranópolis, Ano II, Nº 7, Set. 2003.
- CASTRO, J. 1935. *Condições de vida das classes operárias do Recife* Recife: Departamento de Saúde Pública.
- CASTRO, J. 1937. *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo.
- CASTRO, J. 1948. "Terre des hommes - terre de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v.7, n.39, p. 449-460, Sept-Oct.
- CASTRO, J. 1949. *Géographie de la faim: la faim au Brésil* Paris : Les éditions ouvrières. Économie et Humanisme.
- CASTRO, J. 1949b. "La faim mondiale et le néo-malthusianisme" *Idées et forces*, Lyon, n.3, pg.7-15, Avril/Jun.
- CASTRO, J. 1951. *Geopolítica da fome* Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- CASTRO, J. 1952. *Géopolitique de la faim* Paris: Éditions Économie et Humanisme.
- CASTRO, J. 1953 "Géopolitique de la faim" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.77,p. 26-31, Jan-Fev.
- ESCOBAR, A. 1995. *Encountering development: the making and unmaking of the third world* Princeton: Princeton University Press.
- LEBRET, L.J. 1947. "Lettre aux américains" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 6, n.34, p. 561-580, Nov-Dec.
- LEBRET, L.J. 1953 "L'aménagement, problème économique, problème humain" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 12, n.79, p. 3-7, Mai-Jun.
- LEBRET, L.J. 1958. "Développement Harmonisé et Économie Humaine" *Revue Economie et Humanisme*, Lyon, v. 17, n.113,p. 317-322, Sep-Out.

- LEBRET, L.-J. 1958b. "A luta eficaz contra a fome supõe o desenvolvimento integral harmonizado" In: ASCOFAM *O drama universal da fome* Rio de Janeiro: ASCOFAM/MEC, 1958. pg.7-14. (Simpósio Comemorativo dos cinquenta anos de Josué de Castro)
- LIRA, J. T. C. 1996. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado* Tese de doutoramento, São Paulo, FAUUSP.
- PELLETIER, D. 1996. *Economie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde 1941-1966* Paris : Les Editions du Cerf.
- ROLDAN, D. D. 2011. "A montagem de um ideário urbano em São Paulo: Lebrecht, 1947". In: LANNA, Ana et alli (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, p. 645-659.
- ROLDAN, D. D. 2012. *Um ideário urbano em desenvolvimento: A experiência de Louis-Joseph Lebrecht em São Paulo de 1947 a 1958*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.